



SINDICATO NACIONAL DOS QUADROS E TÉCNICOS BANCÁRIOS  
RELATÓRIO E CONTAS 2016



## ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	2
RELATÓRIO DA DIREÇÃO	4
BALANÇO	12
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	13
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	15
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
PARECER DO CONSELHO FISCAL	44
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	47

## Mensagem do Presidente

O ano de 2016 foi de reestruturação do SNQTB, no primeiro trimestre do ano (7 medidas para os primeiros 70 dias), e por um crescimento acentuado na atividade e na focalização nos sócios, que se acentuou na segunda metade do ano.

Síntese das principais realizações:

### LABORAIS E SINDICAIS

- . Presença efetiva nas mesas negociais da APB e do novo ACT.
- . Liderança dos Acordos de Empresa no MG, BCP e Oitante.
- . Estabelecimento de comissões sindicais reais no BPI, BIC, CEMG, Popular, Santander, Oitante ou reforço e recomposição em Novo Banco, Parvalorem e Banco de Portugal.
- . Reforço do papel sindical das delegações de Braga, Porto, Covilhã, Lisboa e Faro.
- . Liderança sindical no setor bancário, com presença forte em plenários de trabalhadores, Assembleia da República, Gabinetes Governamentais, mesas negociais, comunicação social ou visitas a locais de trabalho.
- . Uma captação de quase oitocentos novos sócios, num setor que deverá ter reduzido postos de trabalho.
- . Novo site, novos conteúdos.
- . Canais Facebook, Twitter e YouTube.
- . Revista em formato digital e físico, uso de sms como forma de comunicar alertas.
- . Reforço da equipa de juristas e de especialistas de contencioso, em Lisboa e Porto, mas cobrindo todo o país.
- . Novo papel da Confederação Sindical USI – União dos Sindicatos Independentes, enquanto força sindical crescente em peso sindical e impacto na opinião pública e nos poderes políticos. Um forte 1º Congresso em 2016 marcou a face mais visível da USI.
- . Reforço da posição da FESIBA/FSIB, enquanto federação líder dos sindicatos independentes da Banca.
- . Co-optação do Presidente do SNQTB como secretário geral adjunto da Confederação Europeia dos Quadros.
- . Eleição do Presidente da USI (e do SNQTB) como vice-presidente do Conselho Económico e Social (CES) da Região Autónoma da Madeira (a partir de agosto de 2017).



### ORGANIZAÇÃO E EFICIÊNCIA INTERNAS

- . Redução de custos operativos, por via de otimização de estruturas e renegociação de todos os contratos com fornecedores externos.
- . Uso mais intenso do Portal de Sócio.
- . Desmaterialização e automação de encontro de contas correntes entre sócios e SAMS Quadros.
- . Desinvestimento em áreas não centrais, como é o caso da concessão do hotel de Porto Santo (Pestana Ilha Dourada), arrendamento de imobiliário devoluto.
- . IVR para atendimento telefónico, reduzindo tempos de espera.
- . Tratamento rápido de reclamações e decisão em sede de direção.
- . Controlo mais apertado sobre a concessão de crédito a sócios, com redução de imparidades.
- . Racionalização, profissionalização da gestão e consolidação das contas das entidades detidas ou controladas pelo SNQTB.
- . Código de Conduta, de aplicação obrigatória aos decisores e aos trabalhadores do SNQTB.
- Modelo de governação mais transparente e participativo, com limites de poderes e com reforço dos mecanismos de decisão colegial.

## SAÚDE

- . Renegociados todos os acordos com prestadores de saúde, no sentido de obtenção de eficiência e eficácia.
- . Novos acordos com prestadores de saúde que têm tradição mais que centenária em Portugal ou que se distinguem pela inovação, serviço ao utente e avanço médico-tecnológico. Ênfase na cobertura do Interior de Portugal e nas regiões autónomas.
- . Alargamento do Cartão Família a todos os grandes e mais notórios prestadores de saúde, um caso ímpar no panorama dos Planos de Saúde em Portugal.
- . Acesso aos SAMS Quadros a todos os sócios alvo de término, voluntário ou involuntário, de seu contrato de trabalho, mostrando o nosso pioneirismo, a nossa solidariedade, sem contudo comprometer a sustentabilidade do sistema.
- . Acordos pioneiros, trans-fronteiriços, para tratamentos e aquisição de próteses oculares, desencadeando o término da cartelização no mercado doméstico.
- . Renovação do Regulamento do SAMS Quadros e do FCS, visando a sustentabilidade e a maior equidade.

## AFETOS

- . Um reforço das atividades de Cultura, Formação Profissional, Recreio, Turismo, Desporto, Primeira Infância e Solidariedade Social, com quase três mil pessoas participando, uma marca absolutamente notável. Estas atividades realizaram-se quer via SNQTB quer via Fundação Social Bancária (FSB).
- . O SNQTB afirma-se cada vez mais presente nos momentos importantes da vida de seus sócios.

Finalmente, e num setor em regressão de emprego, foi recuperada a saúde financeira do SNQTB. É de enaltecer o contributo dos sócios que trouxeram novos sócios e que permitiram que o SNQTB seja hoje o Maior Sindicato de Bancários no ativo em Portugal. E que possamos fazer jus à nossa divisa:

*Maiores. Melhores. Mais solidários!*  
*SNQTB – Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários.*  
*O maior sindicato de bancários no ativo.*



# RELATÓRIO DA DIREÇÃO

## A SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

O ano de 2016 foi marcado por alguns eventos importantes, como o voto britânico para deixar a União Europeia (Brexit), o fracassado golpe na Turquia, o *impeachment* da presidente do Brasil, o referendo constitucional na Itália, os ataques terroristas ocorridos no mundo, incluindo a Europa, o aumento das tensões militares na Síria, a crise dos refugiados na Europa e a vitória de Donald Trump nas presidenciais americanas.

Tudo isto criou uma enorme incerteza nos mercados e travou o investimento. Como tal, não se concretizou o regresso a um crescimento global forte, sustentável, equilibrado e inclusivo referido pelos líderes do G20 em Hangzhou, em setembro. O FMI, no seu relatório de outubro de 2016, realçou que o crescimento global continuava a ser fraco, embora não mostrasse uma desaceleração significativa no último trimestre. Esta organização projeta uma pequena desaceleração do crescimento global de 3,2% em 2015 para 3,1% em 2016, sendo que se prevê uma recuperação para 3,4% em 2017.

Esta previsão relativa ao relatório de abril, reflete uma perspetiva mais moderada para as economias desenvolvidas, compensada por uma previsão de maior crescimento nas economias emergentes e em desenvolvimento. Espera-se que esses desenvolvimentos aumentem a volatilidade das taxas de juros globais e da política monetária. No seu conjunto, o FMI observou em relação à economia global que sem uma ação política determinada para apoiar a atividade económica a curto e longo prazo, os crescimentos recentes abaixo do normal correm o risco de se perpetuar.

O FMI estima que a economia americana tenha crescido 1,6% em 2016 contra os 2,6% em 2015. O crescimento da zona euro está estimado em 1,7% em 2016 versus 2,0% em 2015. Prevê-se que as economias desenvolvidas cresçam 1,6% em 2016 inferiores aos 2,1% de 2015, em grande parte devido à menor atividade da economia americana. As economias emergentes e em desenvolvimento e emergentes deverão crescer 4,2% em 2016, contra 4,0% em 2015, refletindo um reequilíbrio na China, resultante de um pequeno abrandamento da economia, de 6,9% em 2015 para 6,6% em 2016, sendo que este efeito foi atenuado pelo crescimento resiliente nos países emergentes da Ásia, especialmente a Índia. O Brasil e a Rússia continuam a enfrentar condições macroeconómicas desafiantes, mas as previsões melhoraram um pouco em relação ao relatório do FMI, de abril de 2016. As maiores economias da África subsaariana, principalmente a África do Sul e Angola, estão a enfrentar desacelerações ou recessões económicas, devido ao efeito conjunto da depreciação das *commodities* e de difíceis condições políticas e económicas internas.

Estima-se que a Índia tenha crescido 7,6% em 2016, a mesma taxa que em 2015. A Rússia melhorou em 2016, mas ainda mostrou crescimento negativo de 0,8%, contra 3,7% negativos em 2015. O Brasil permaneceu em depressão: crescimentos negativos em 2016 (-3,3%) e em 2015 (-3,8%). Angola não cresceu em 2016, 0,0%, versus um crescimento positivo de 3% em 2015. A África do Sul está perto do crescimento zero em 2016, 0,1%, contra 1,3% em 2015.

Para 2017, projeta-se que os EUA cresçam 2,2%, enquanto a zona euro atingirá 1,5%. Prevê-se que as economias desenvolvidas, no seu conjunto, cresçam 1,8%. Espera-se que os EUA recuperem algum dinamismo, por conta das melhorias sustentadas no mercado de trabalho, do posicionamento fiscal mais favorável, do ritmo mais lento de normalização da política monetária e da recuperação do investimento. O menor crescimento na área do euro reflete as repercussões macroeconómicas do aumento da incerteza na sequência do referendo Brexit e dos possíveis resultados das próximas eleições na Europa. A promover o crescimento estão o baixo preço do petróleo, a modesta expansão fiscal e a política monetária quantitativa.

O FMI espera que o crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento acelere à medida que os países de maior dimensão estabilizem e voltem à sua dinâmica de crescimento de longo prazo. A China, na ausência de estímulos extra, deverá crescer 6,2% em 2017, enquanto que o crescimento na Índia deverá continuar à volta dos 7,6%. O FMI acredita que a China continuará a reequilibrar a sua economia, do investimento para o consumo e da indústria para os serviços, com base em

reformas que visam fortalecer a rede de segurança social e desregulamentar o setor de serviços. Por outro lado, espera-se que a Índia continue a expandir-se ao ritmo mais rápido entre as principais economias, por conta dos ganhos nos termos de troca, das ações políticas, das reformas estruturais e da melhoria da confiança. Tudo isto irá fortalecer a procura dos consumidores e o investimento. Brasil, Angola e Rússia, segundo o FMI, deverão sair da recessão com crescimentos em 2017 de 0,5%, 1,5% e 1,1% respetivamente. Embora o motor de crescimento para o Brasil seja a redução da incerteza política e os efeitos decrescentes de choques económicos passados, para Angola o crescimento vai estar na recuperação do setor não-petrolífero, devido a um aumento planeado da despesa pública e à melhoria dos termos de troca. Espera-se que a economia russa beneficie dos preços mais altos do petróleo, enquanto a sua inflação caia para a meta do banco central.

## O AMBIENTE ECONÓMICO NA PENÍNSULA IBÉRICA

Em Portugal, todas as projeções apontam para um crescimento económico, mas divergem quanto à intensidade. O FMI espera que a economia portuguesa tenha crescido 1,0% em 2016 (contra 1,5% em 2015) e prevê um crescimento de 1,1% em 2017. O Banco de Portugal, no seu Boletim Económico de dezembro de 2016, estima que a economia tenha crescido 1,2% em 2016, acelerando para 1,4% em 2017. No entanto, para ambas as instituições, o motor do crescimento tem e continuará a ter a sua base na procura externa. No que respeita à procura interna, as projeções apontam para uma recomposição, caracterizada por uma moderação do consumo privado e uma recuperação da formação bruta de capital fixo.

Há uma melhoria gradual da situação do mercado de trabalho, que deverá continuar em 2017, embora a inflação seja suscetível de aumentar em consequência das pressões internas e externas sobre os preços. O FMI estima um défice orçamental de cerca de 2,6% do PIB em 2016, enquanto o Governo português prevê um défice de 2,4% do PIB em 2016 (o menor desde 1989) e uma redução para 1,6% em 2017. A dívida pública bruta, projetada pelo FMI, pode chegar aos 131% do PIB no final de 2016 e 130% do PIB em 2017. O Governo português está mais otimista projetando, para 2017, um rácio dívida/PIB de 128% (contra a estimativa de 130% em 2016). O FMI destaca a desalavancagem continuada do sistema bancário português como fator que ajudou os bancos a reduzir os riscos ponderados pelos ativos e os requisitos de capital associados, embora o reequilíbrio dos balanços ainda esteja incompleto.

Relativamente a Espanha, o FMI prevê um crescimento de 2,2% em 2017, valores abaixo dos 3,1% estimados para 2016 e dos 3,2% em 2015. O FMI classificou o crescimento espanhol como sendo impressionante não só pela intensidade como pela criação de emprego. O FMI refere que as reformas implementadas em anos anteriores e as medidas de reforço da confiança combinadas com um enquadramento económico externo favorável e o abrandamento fiscal, alimentaram a forte recuperação económica dos últimos dois anos. O sistema bancário espanhol de acordo com o FMI ganhou mais força com base na melhoria da qualidade dos seus ativos, no reforço das posições de capital e de liquidez e na redução da dívida. O FMI acredita que as políticas económicas que sustentam uma recuperação económica rica em emprego ajudariam simultaneamente a fortalecer a procura interna e os balanços do setor privado. Em conclusão, os desafios da economia espanhola, na perspetiva do FMI, são na sua maioria de natureza estrutural e exigem uma estratégia global de médio prazo.

## O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL

Os dados sobre o mercado de trabalho em Portugal são os seguintes:

	PORTUGAL <sup>(1)</sup>					ÁREA DO EURO <sup>(2)</sup>				
	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17
	(taxa de variação homóloga – tvh – em percentagem)									
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
<b>1 DESEMPREGO</b>	-12,2	-14	-14,3	-16,4	-15,4	-6	-6,9	-6,3	-6,8	-6,6
	(em percentagem)									
<b>2 TAXA DE DESEMPREGO</b>	10,9	10,6	10,5	10,2	10,2	9,9	9,8	9,7	9,6	9,6

	PORTUGAL <sup>(3)</sup>					ÁREA DO EURO <sup>(2)</sup>				
	4ºT 2015	1ºT 2016	2ºT 2016	3ºT 2016	4ºT 2016	4ºT 2015	1ºT 2016	2ºT 2016	3ºT 2016	4ºT 2016
	(taxa de variação homóloga – tvh – em percentagem)									
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
<b>3 EMPREGO</b>	1,6	0,8	0,5	1,9	1,8	1,2	1,4	1,4	1,2	1,2
<b>4 POPULAÇÃO ATIVA</b>	0,1	-0,7	-0,8	0,3	-0,2	0,2	0,4	0,5	0,5	0,4
	(em percentagem)									
<b>5 TAXA DE ATIVIDADE <sup>(4)</sup></b>	73,6	73,4	73,4	74,1	73,9	72,6	72,5	72,8	73	w

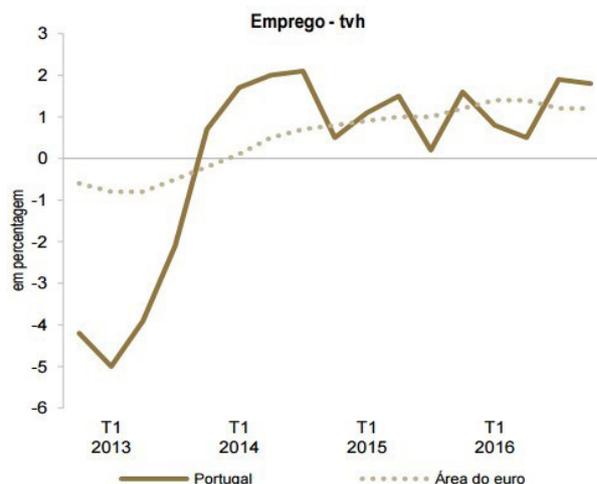
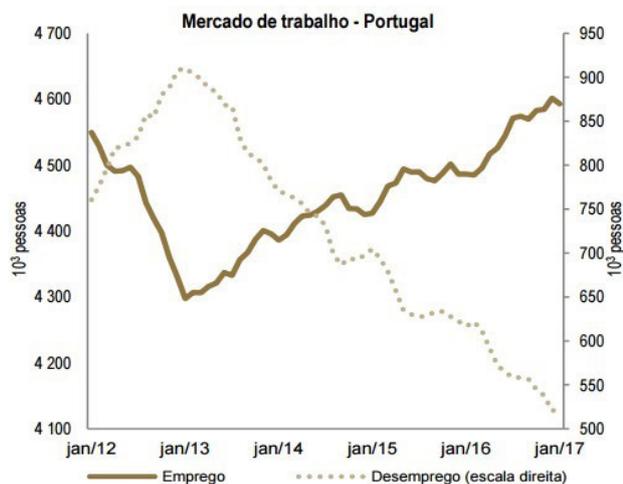
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

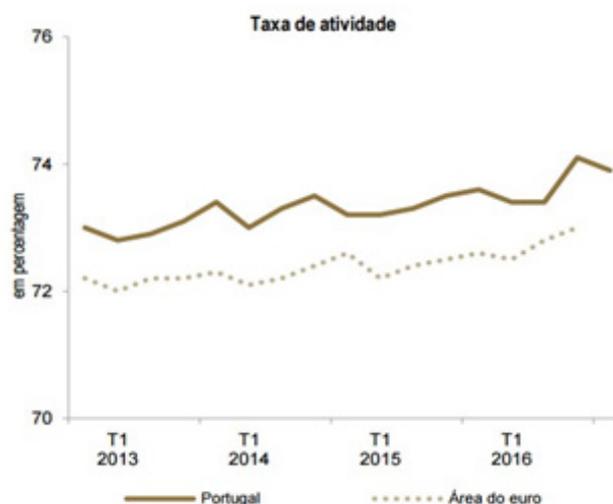
(1) Valores corrigidos de sazonalidade apurados com base no Inquérito ao Emprego para o escalão etário dos 15 aos 74 anos. Os valores mensais referem-se a estimativas de trimestres móveis centrados, em que o mês de referência corresponde ao mês central de cada um desses trimestres.

(2) Composição de 19 países.

(3) O INE introduziu uma nova metodologia no inquérito ao emprego no 1º trimestre de 2011. Em consequência, os dados para Portugal a partir deste período, apresentados no quadro e gráficos, não são comparáveis com os obtidos com a metodologia anterior.

(4) Taxa de atividade para indivíduos com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos.





Quanto aos dados sobre produtividade e custos laborais, foi registado em 2016 o seguinte:

	Portugal			Área do Euro <sup>(1)</sup>			Diferencial		
	2 014	2 015	2 016	2 014	2 015	2 016	2 014	2 015	2 016
	(taxa de variação anual - tva - em percentagem)						(em pontos percentuais)		
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>
1 Remunerações por trabalhador <sup>(2)</sup>	-1,8	-0,3	1,5	1,4	1,2	1,3	-3,2	-1,5	0,2
2 Produtividade <sup>(3)</sup>	-0,5	0,2	-0,2	0,6	0,9	0,4	-1,1	-0,7	-0,6
3 Custos unitários do trabalho <sup>(4)</sup>	-1,3	-0,5	1,7	0,7	0,3	0,9	-2,0	-0,8	0,8

	Portugal								
	Jun-16	Jul-16	Ago-16	Set-16	Out-16	Nov-16	Dez-16	Jan-17	Feb-17
	(taxa de variação <sup>(5)</sup> - em percentagem)								
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>
4 Remunerações médias implícitas na contratação coletiva - Total excluindo Administrações Públicas	1,3	2,1	1,4	1,9	-	-	-	1,1	0,9
	(taxa de variação acumulada <sup>(6)</sup> - em percentagem)								
5 Remunerações declaradas à segurança social	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,6	1,6	-	-

Fonte: Banco de Portugal, Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Economia e do Emprego, Instituto de Informática do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, Banco Central Europeu e Eurostat

(1) Área Euro: composição de 19 países. As séries anuais são calculadas a partir de séries trimestrais corrigidas de dias úteis.

(2) As remunerações por trabalhador correspondem ao rácio entre as remunerações dos trabalhadores e o emprego por conta de outrem. Nos dados para Portugal, as remunerações dos trabalhadores foram ajustadas dos efeitos diretos da venda de créditos tributários por parte das Administrações públicas em 2003. Adicionalmente, a série das remunerações foi construída a partir da informação das contas nacionais em SEC 2010 e base 2011, reproduzindo a mesma metodologia para o período anterior a 2005. A série relativa ao emprego por conta de outrem está medida em número de indivíduos.

(3) A produtividade corresponde ao rácio entre o PIB em volume e o emprego total. A série relativa ao emprego total está medida em número de indivíduos.

(4) Os custos unitários do trabalho correspondem ao rácio entre as remunerações por trabalhador e a produtividade.

(5) As taxas apresentadas para cada mês correspondem às variações intertabelas anualizadas ponderadas pelo número de trabalhadores abrangidos.

(6) As remunerações consideradas contemplam todos os tipos de remuneração existentes no Sistema de Gestão de Remunerações do Instituto de Informática relativas a trabalhadores por conta de outrem e membros de órgãos estatutários que estejam identificados no Sistema de Identificação e Qualificação da Segurança Social. Os tipos de remuneração existentes incluem: remuneração de carácter permanente, subsídios de férias e natal e outros tipos de remuneração (nomeadamente comissões, promoções, remuneração variável e outros subsídios). A base de dados de Gestão de Remunerações é um repositório em permanente atualização, existindo sempre uma percentagem de declarações de remunerações por entregar, principalmente nos últimos 4 meses.

## A BANCA PORTUGUESA

Em Portugal o setor bancário emprega 48.278 pessoas e adicionalmente 1.886 pessoas na atividade internacional. As atividades de serviços financeiros (exceto seguros e fundos de pensões e incluindo as desenvolvidas pelo Banco de Portugal) contribuem para aproximadamente 3,7% do Valor Acrescentado Bruto do país. Este valor é relativamente elevado quando comparado com outros países da área do Euro.

Ao longo do horizonte de projeção, a economia portuguesa deverá manter a trajetória de recuperação moderada que tem caracterizado os anos mais recentes. Desta forma, após um crescimento de 1,3% em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá acelerar para 1,4% em 2017, estabilizando o seu ritmo de crescimento em 1,5% nos dois anos seguintes.



O ano de 2016 e o início de 2017 foram marcados por uma reestruturação significativa dos principais bancos portugueses e, em alguns casos, com mudanças na gestão e nas estruturas de controlo acionista. Em termos sucintos, temos: o plano de recapitalização e a nomeação de uma nova equipa de gestão para a CGD (o banco de capitais públicos); a entrada e reforço de um novo acionista (fundo chinês Fosun) no BCP e o pagamento da última fatia de 700M€ do empréstimo obrigacionista de ações convertíveis (que chegou a totalizar 3.000M€); a oferta pública de aquisição lançada pelo grupo catalão CaixaBank sobre o capital do BPI que lhe permitiu adquirir uma posição de 84,52% (participação que compara com os anteriores 45,5%); o veto do Parlamento às propostas PCP/BE de nacionalização do Novo Banco, a entrada do BES em processo de liquidação e o reforço das negociações entre Banco de Portugal e o Fundo de Resolução e os candidatos à aquisição do Novo Banco (ex. fundo Lone Star) para conclusão deste processo.

Segundo a informação mais recente disponibilizada pelo Banco de Portugal referente a Dezembro de 2016, o volume de depósitos aumentou 2,3% em Dezembro de 2016 face ao período homólogo de 2015. Para essa evolução contribuíram o acentuado crescimento dos depósitos de empresas em 8,4% (+8,2 p.p. que em 2015) e um ligeiro crescimento nos depósitos de particulares em 1,0% (-2,8 p.p. que em 2015).

Ao invés, o crédito bruto total concedido a clientes registou um decréscimo de 3,2% em Dezembro de 2016 face ao registado no final de 2015. A quebra mais significativa verificou-se no crédito a empresas (-5,5%), mas também foi assinalada uma redução no crédito a particulares (-1,6%), ambos face a Dezembro de 2015.

## PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

A evolução das economias europeias e a instabilidade política e económica, fruto das futuras eleições em França e na Holanda e da implementação do Brexit, constituem os grandes focos de preocupação para 2017. A eleição de governos extremistas e antieuropeístas nos países referidos juntamente com a concretização da saída do Reino Unido da União Europeia podem significar, segundo analistas internacionais, o fim da União Europeia, com riscos incalculáveis nas economias dos países que dela fazem parte. A este factor externo, junta-se outro relacionado com a eleição de Donald Trump como Presidente dos

EUA, que criou uma tensão internacional e instabilidade geopolítica que poderá trazer maior incerteza quanto à evolução económica mundial para os próximos anos.

O ano de 2017 será mais um ano marcado pela regulamentação e diversas exigências impostas ao sector financeiro, tanto para a banca europeia, através do Banco Central Europeu (BCE), como para a banca nacional por intermédio do Banco de Portugal (BdP).

No início de 2017, o Banco de Portugal apontou quatro grandes desafios com que o sistema bancário nacional se defronta atualmente, são eles:

- melhorar de forma sustentada a sua rentabilidade;
- adaptar-se às novas exigências regulatórias e assegurar a sua observância;
- introduzir alterações no modelo de governo e na cultura organizacional que permitam recuperar a confiança dos stakeholders; e
- investir em inovação em termos operacionais e ao nível da prestação de serviços aos clientes.

No imediato, o reforço da rentabilidade dos bancos é o desafio primordial para gerar capital interno e para atrair capital externo e, desse modo, criar as condições que permitam pôr em prática estratégias de otimização do sistema financeiro.

## O SNQTB

Em 2016, o SNQTB registou um ligeiro aumento na sua atividade (0,28%). Foram registados 138 milhares de euros nos proveitos relativos a contribuições e quotizações, tendo os custos com a atividade sindical reduzido 6,4%.

As receitas de Contribuições, Quotizações e Fundo Complementar de Saúde tiveram a seguinte evolução por sócio:

	2016	2015	2014
Contribuições	41 446 660	41 246 591	41 826 469
Quotizações	5 044 689	5 092 361	5 210 305
Fundo Complementar de Saúde	2 451 777	2 460 203	2 503 692
Beneficiários c/ + 25 anos	75 300	80 600	85 100
Nº Sócios	17 288	17 045	17 211
Rédito por Sócio	2 835	2 868	2 883

Por outro lado, os custos com a atividade sindical face ao número de beneficiários tiveram a seguinte evolução:

	2016		2015		2014	
	SAMS	FCS	SAMS	FCS	SAMS	FCS
Gastos com actividade sindical	35 762 742	3 491 248	38 677 427	3 418 582	34 969 129	3 713 270
Nº Beneficiários	49 143	45 245	49 275	45 390	49 093	45 269
Gasto por Beneficiário	728	77	785	75	712	82

Relativamente aos gastos com pessoal, os mesmos apresentam uma redução de 16% face ao ano de 2015.

Apesar do Sindicato ter encerrado o ano com 137 colaboradores, uma redução de dezanove face aos verificados em 2015 (156), a verdade é que em média estiveram ao serviço em 2016 cerca de 144 colaboradores, contra os 154 de 2015. O rácio de custos com pessoal por média de trabalhadores teve a seguinte evolução:

	2016	2015	Variação	2014
Gastos com pessoal	4 309 552	5 129 025	<b>-16,0%</b>	4 984 597
Número médio de colaboradores	144	154	<b>-6,5%</b>	152
Gasto por colaborador	29 927	33 305	<b>-10,1%</b>	32 793

Durante o ano de 2016 foi efetuada a regularização do saldo a receber da USI – União dos Sindicatos Independentes referente a empréstimos concedidos pelo Sindicato, no período entre 2003 e 2015, no montante de 619.406 Euros. A referida regularização foi efetuada mediante a aquisição de ações da SGF (no montante de 75.000 Euros), sendo o remanescente valor registado no resultado do exercício através de uma perda por imparidade, já registada em 2015.

Em maio de 2016 foi firmado o contrato de locação de estabelecimento do Hotel Libervita Porto Santo à entidade ITI – Sociedade de Investimentos Turísticos na Ilha da Madeira, S.A., para a exploração, durante um período de sete anos, do referido imóvel. A renda estabelecida para os dois primeiros anos ascendeu a 285.000 Euros (anual) e para os restantes anos será cobrada uma renda anual de 300.000 Euros.

No final do exercício foi considerado um acréscimo de gastos com faturação de saúde, no montante de 1.601.092 Euros, relativamente a faturas emitidas em 2016 entradas no Sindicato até 15 de fevereiro de 2017.

À data de 31 de dezembro de 2016, o Sindicato não tem dívidas em mora à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no Art.º 55 dos Estatutos, a Direção propõe a este Conselho Geral a seguinte distribuição:

Reserva legal: 70.360,92 €  
Reserva especial de greve: 70.360,92 €  
Resultados transitados: 562.887,37 €

Lisboa, 30 de março de 2017

A Direção

José Luís Ferreira Barroso  
Paulo Alexandre Gonçalves Marcos

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# BALANÇO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31/12/2016	31/12/2015	
<b>ATIVO</b>				
<b>Ativo não corrente</b>				
43(s/432)+453-459	Ativos fixos tangíveis	5	6 442 031,28	6 347 281,82
42+452-459	Propriedades de investimento	6	26 099 651,05	26 255 000,00
44	Ativos intangíveis	7	786 849,63	567 648,39
412	Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	8	640 076,15	786 859,18
41-412	Participações financeiras (outros métodos)		550 317,91	872 481,25
			<b>34 518 926,02</b>	<b>34 829 270,64</b>
<b>Ativo corrente</b>				
211+212-219	Clientes		1 178 320,36	1 232 305,59
	Sócios - SAMS		1 061 033,57	992 488,09
	Sócios - FPA	9	60 332,50	130 292,50
	Sócios - Turismo			7 168,01
	Sócios - Sindicato		23 387,31	28 217,01
	Outros		33 566,98	74 139,98
228+2713	Adiantamentos a fornecedores		6 545,87	628 523,99
24	Estado e outros entes públicos	10	23 855,91	33 771,55
26	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	2 946 610,53	2 918 737,84
231/2+238-239+2721+277+278-279+221	Outras contas a receber	12	5 379 666,17	3 811 033,12
281	Diferimentos	13	311 155,11	416 616,34
1411+1421	Ativos financeiros detidos para negociação	14	2 031 601,17	6 685 988,13
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	15	6 635 470,48	3 253 689,14
			<b>18 513 225,60</b>	<b>18 980 665,70</b>
	<b>Total do ativo</b>		<b>53 032 151,62</b>	<b>53 809 936,34</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>				
<b>Fundos patrimoniais</b>				
51	Fundos			25 000 000,00
55	Reservas		23 011 168,10	825 602,08
56	Resultados transitados	16	4 434 654,25	14 637 659,37
57	Ajustamentos em ativos financeiros		-338 002,04	-338 002,04
818	Resultado líquido do período		703 609,21	-13 017 439,12
	<b>Total do fundo de capital</b>		<b>27 811 429,52</b>	<b>27 107 820,29</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
25+12	Financiamentos obtidos	18	9 035 714,32	10 130 952,40
237+2711+2712+275	Outras contas a pagar	19		
			<b>9 035 714,32</b>	<b>10 130 952,40</b>
<b>Passivo corrente</b>				
221+222+225	Fornecedores	17	6 922 951,33	9 853 837,51
218+276	Adiantamentos de clientes		392,29	392,33
24	Estado e outros entes públicos	10	249 369,63	199 884,98
26	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	92 617,25	104 102,26
25+12	Financiamentos obtidos	18	1 578,34	1 001 228,32
282	Diferimentos	13	2 147 725,79	
231+238+2711+2712+2722+277+278+211	Outras contas a pagar	19	6 770 373,15	5 411 718,25
			<b>16 185 007,78</b>	<b>16 571 163,65</b>
	<b>Total do passivo</b>		<b>25 220 722,10</b>	<b>26 702 116,05</b>
	<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>53 032 151,62</b>	<b>53 809 936,34</b>

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)

# DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

		NOTAS	DATAS	
			31/12/2016	31-12-2015 (reexpresso)
	<b>Contribuições e Quotizações</b>	<b>20</b>	<b>49 018 425,62</b>	<b>48 879 755,30</b>
+7221	Contribuições		41 446 660,18	41 246 591,27
+7222	Quotizações		5 044 688,63	5 092 360,78
+7223	Fundo Privativo de Assistência		2 451 776,81	2 460 203,25
+725	Serviços secundários		75 300,00	80 600,00
	<b>Atividade Sindical</b>	<b>21</b>	<b>-39 301 807,93</b>	<b>-42 101 562,75</b>
-6111	Assistência na doença (SAMS)		-35 762 742,10	-38 677 427,31
-61111	Comparticipação - Faturação		-18 878 257,80	-21 143 867,95
-61112	Comparticipação - Direta		-12 643 777,10	-13 260 256,82
-61113	Farmácias		-3 945 035,24	-3 979 119,36
-61114->8	Subsídios		-295 671,96	-294 183,18
-6112	Fundo Privativo de Assistência		-3 491 247,81	-3 418 582,44
-61121->2	Direto/Complementar		-3 171 556,31	-3 117 283,44
-61123	Subsídios		-319 691,50	-301 299,00
-612	Atividade Sindical		-47 818,02	-5 553,00
-62	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>22</b>	<b>-2 779 641,83</b>	<b>-2 853 039,72</b>
-63	<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>23</b>	<b>-4 309 552,37</b>	<b>-5 129 024,54</b>
-631-6351	Orgãos sociais		-652 534,36	-1 055 692,50
-632-6352/7-636/8	Pessoal		-3 657 018,01	-4 073 332,04
-651+7621	<b>Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)</b>	<b>24</b>	<b>64 115,51</b>	<b>-1 043 804,26</b>
-65(s/651/2)+762(s/ 7621/2)	<b>Outras imparidades (perdas/reversões)</b>		<b>-71 171,44</b>	<b>-9 645 403,18</b>
+77-66	<b>Aumentos/reduções de justo valor</b>	<b>25</b>	<b>-87 375,00</b>	<b>124 277,44</b>
+785	<b>Rendim. e ganhos em subsid., associadas e empr. conjuntos</b>	<b>26</b>		<b>45 993,36</b>
+78(s/785)+79162/9+792	<b>Outros rendimentos e ganhos</b>		<b>326 064,93</b>	<b>432 161,10</b>
-685	<b>Gastos e perdas em subsid., associadas e empr. conjuntos</b>	<b>27</b>	<b>-221 783,03</b>	
-68(s/685)-6918-6928-6988	<b>Outros gastos e perdas</b>		<b>-890 519,47</b>	<b>-636 495,76</b>
	<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1 746 754,99</b>	<b>-11 927 143,01</b>
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	<b>28</b>	-854 260,83	-840 933,61
	<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>892 494,16</b>	<b>-12 768 076,62</b>
+79(s/79162/9+792)	Juros e rendimentos similares obtidos	<b>29</b>	94 530,91	111 128,90
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados	<b>30</b>	-260 845,07	-319 698,05
811	<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>726 180,00</b>	<b>-12 976 645,77</b>
812	Imposto sobre o rendimento do período		-22 570,79	-40 793,35
818	<b>Resultado líquido do período</b>		<b>703 609,21</b>	<b>-13 017 439,12</b>

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)

# DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

RUBRICAS	Fundos patrimoniais atribuídos					Resultado líquido do período	TOTAL
	Fundos	Reservas legais	Outras Reservas	Outras variações em fundos	Resultados Transitados		
<b>Posição em 01-01-2015</b>		<b>2 215 021,61</b>	<b>20 315 021,61</b>		<b>1 722 386,01</b>	<b>2 405 624,36</b>	<b>26 658 053,59</b>
<b>Alterações no período</b>							
Aplicação do resultado líquido	25 000 000,00	-1 802 220,57	-19 902 220,57	-338 002,04	12 915 273,36	-2 405 624,36	13 467 205,82
	<b>25 000 000,00</b>	<b>-1 802 220,57</b>	<b>-19 902 220,57</b>	<b>-338 002,04</b>	<b>12 915 273,36</b>	<b>-2 405 624,36</b>	<b>13 467 205,82</b>
<b>Resultado líquido do período</b>						<b>-13 017 439,12</b>	<b>-13 017 439,12</b>
<b>Resultado extensivo</b>							<b>449 766,70</b>
<b>Operações com instituidores no fim do período</b>							
Outras operações							
<b>Posição em 31-12-2015</b>	<b>25 000 000,00</b>	<b>412 801,04</b>	<b>412 801,04</b>	<b>-338 002,04</b>	<b>14 637 659,37</b>	<b>-13 017 439,12</b>	<b>27 107 820,29</b>
<b>Alterações no período</b>							
Aplicação do resultado líquido	-25 000 000,00	2 042 783,01	20 142 783,01	0,02	-13 017 439,12	13 017 439,12	0,02
Outras alterações	<b>-25 000 000,00</b>	<b>2 042 783,01</b>	<b>20 142 783,01</b>	<b>0,02</b>	<b>-10 203 005,14</b>	<b>13 017 439,12</b>	<b>0,02</b>
<b>Resultado líquido do período</b>						<b>703 609,21</b>	<b>703 609,21</b>
<b>Resultado extensivo</b>							<b>703 609,23</b>
<b>Operações com instituidores no fim do período</b>							
Fundos							
<b>Posição em 31-12-2016</b>	<b>2 455 584,05</b>	<b>20 555 584,05</b>	<b>20 555 584,05</b>	<b>-338 002,02</b>	<b>4 434 654,23</b>	<b>703 609,21</b>	<b>27 811 429,52</b>

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)

# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividade operacionais - método directo</b>		
Recebimentos de clientes e utentes	2 875 074,46	2 477 014,34
Pagamentos de subsídios	-14 381 364,41	-14 953 040,75
Pagamento a fornecedores	-33 290 868,72	-44 457 028,09
Pagamentos ao pessoal	-2 401 759,51	-2 672 906,20
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>-47 198 918,18</b>	<b>-59 605 960,70</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-7 017,07	-37 200,63
Outros recebimentos/pagamentos	49 459 229,73	47 572 575,75
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>2 253 294,48</b>	<b>-12 070 585,58</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	-594 659,15	-160 132,30
Ativos intangíveis	-274 379,61	-326 140,55
Investimentos financeiros		-482 528,00
Outros activos	-143 799,79	
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Investimentos financeiros	251 731,77	815 228,28
Outros ativos	4 202 873,79	28 853,72
Juros e rendimentos similares	70 887,71	76 915,21
Dividendos		21 658,50
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>3 512 654,72</b>	<b>-26 145,14</b>
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	600 650,02	12 980 952,40
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-2 695 538,08	-2 155 000,00
Juros e gastos similares	-288 929,78	-340 187,37
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>-2 383 817,84</b>	<b>10 485 765,03</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>3 382 131,36</b>	<b>-1 610 965,69</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>3 253 689,14</b>	<b>4 864 654,83</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>6 635 470,48</b>	<b>3 253 689,14</b>

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)

# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (“Sindicato” ou “SNQTB”), com número de identificação fiscal 501.403.736, tem a sua sede na Avenida Miguel Bombarda, n.º 56 - 2º Esquerdo, 1069-175 Lisboa.

O Sindicato foi constituído por escritura pública, publicada no Diário da República de 9 de Junho de 1983, tendo iniciado a sua atividade em 1984. Tem como objeto social a representação dos quadros e técnicos bancários, ligados por contrato de trabalho às instituições de crédito ou similares, que exerçam funções específicas da atividade bancária.

O programa SAMS/QUADROS foi aprovado em sede de negociação da revisão da contratação coletiva em Julho de 1992, tendo sido publicada a referida revisão no Boletim de Trabalho e Emprego em 22 de Agosto de 1992. O início de atividade ocorreu em 1 de Janeiro de 1993, de acordo com a contratação e por força do Regulamento do SAMS/QUADROS, entretanto aprovado, sendo que a gestão do SAMS/QUADROS é exercida, por delegação da Direção do Sindicato, por um Conselho Diretivo. Este programa tem como objeto a proteção e assistência dos seus sócios na doença, na maternidade e noutras situações afins de carácter social.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 30 de março de 2017.

As quantias estão expressas em Euros, exceto quando expressamente indicado de outra forma.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (“SNC-ESNL”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36 A/2011, de 9 de março, o qual é parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

Os normativos acima indicados mereceram as consequentes adaptações, em função das necessidades de relato financeiro, específicas, decorrentes das atividades desenvolvidas pelo SNQTB.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC-ESNL, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Sindicato.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período comparativo findo em 31 de dezembro de 2015.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos do SNQTB de acordo com o SNC-ESNL.

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, o Sindicato adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC;

- A Portaria n.º 2018/2015, de 23 de julho, que aprovou o Código de Contas;
- A Portaria n.º 2020/2015, de 24 de julho, que aprovou os modelos das demonstrações financeiras a apresentar pelas Entidades do Setor Não Lucrativo (“ESNL”);
- O Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março, que aprovou a norma contabilística e de relato financeiro para as ESNL (“NCRF-ESNL”).

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto na NCRF-ESNL, as políticas contabilísticas adotadas pelo Sindicato foram as que se seguem.

#### A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade. São depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, sendo a vida económica esperada a seguinte:

<b>Ativo fixo tangível</b>	<b>Vida útil estimada</b>
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento Administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

#### B) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As Propriedades de Investimento estão mensuradas ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade. São depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, sendo a vida económica esperada a seguinte:

<b>Propriedades de investimento</b>	<b>Vida útil estimada</b>
Edifícios e outras construções	20 anos

### C) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas. São amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização e para a finalidade pretendida, sendo a vida económica esperada a seguinte:

<b>Ativo fixo intangível</b>	<b>Vida útil estimada</b>
Programas de computador	3 anos

### D) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras em associadas estão registadas pelo método da equivalência patrimonial, definindo-se como tal as entidades nas quais o Sindicato exerce uma influência significativa e que não são nem subsidiárias nem empreendimentos conjuntos. Para determinação do controlo ou influência significativa são levados em conta os interesses existentes à data tendo em conta potenciais direitos de voto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada dos investimentos:

- Foi aumentada ou diminuída para reconhecer a parte nos resultados das participadas depois da data da aquisição;
- Foi diminuída pelas distribuições de resultados recebidas;
- Foi aumentada ou diminuída para refletir, por contrapartida de capital próprio, alterações no interesse proporcional do Sindicato nas participadas resultantes de alterações nos capitais próprios destas que não tenham sido reconhecidas nos respetivos resultados.

Na mensuração destes investimentos foram ainda respeitadas as seguintes disposições relativas à aplicação deste método:

- As demonstrações financeiras das participadas já estavam preparadas, ou foram ajustadas extra contabilisticamente, de forma a refletir as mesmas políticas contabilísticas do Sindicato antes de poderem ser usadas na determinação dos efeitos da equivalência patrimonial;
- As demonstrações financeiras das participadas usadas na determinação dos efeitos da equivalência patrimonial reportam-se à mesma data das do Sindicato;
- Os resultados provenientes de transações “ascendentes” e “descendentes” entre o Sindicato e as suas associadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras do investidor somente na medida em que correspondam aos interesses de outros investidores nessas associadas;
- Quando o valor do investimento fica reduzido a zero, as perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo sempre que o Sindicato incorre em obrigações legais ou construtivas. Quando posteriormente as associadas registam lucros, o Sindicato retoma o seu reconhecimento apenas após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

O Sindicato utiliza o modelo do justo valor para valorizar as participações financeiras em entidades cujos títulos são negociados publicamente e que não sejam subsidiárias, associadas nem empreendimentos conjuntos. As variações ocorridas no justo valor destas participações são reconhecidas em resultados.

O Sindicato utiliza o modelo do custo (que inclui custos de transação), líquido de perdas por imparidade, para participações financeiras em:

- Associadas nas quais não foi possível utilizar o método da equivalência patrimonial por existirem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Sindicato;

- Outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente instrumentos de capital próprio em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subseqüentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

#### E) IMPARIDADES DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, INTANGÍVEIS, PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O Sindicato avalia a imparidade destes ativos no final do ano sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

Sempre que existiu uma evidência objetiva de imparidade, o Sindicato reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados. Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações, tendo em conta o tipo de ativos que o sindicato possui:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Significativa dificuldade financeira do emitente;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor.

Os movimentos relativos a estas imparidades são registados na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de “Outras imparidades (perdas/reversões)”.

#### F) IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, o mesmo é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais e de capitais sujeitos.

O Sindicato não exerce a título principal uma atividade comercial, industrial ou agrícola, pelo que as receitas provenientes da atividade sindical não estão sujeitas a tributação em IRC.

#### G) ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica inclui outros instrumentos financeiros detidos para negociação e são mensurados ao justo valor. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração do justo valor são reconhecidos nos resultados do período.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea E).

Um ativo financeiro está classificado como detido para negociação se for:

- Adquirido ou incorrido principalmente com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito curto;
- Parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros a curto prazo;
- Um derivado (exceto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura designado e eficaz).

#### H) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS (NÃO MENCIONADOS ANTERIORMENTE)

Os outros ativos financeiros não incluídos nas alíneas anteriores podem classificar-se como segue:

- Empréstimos e contas a receber;
- Investimentos detidos até à maturidade;
- Ativos financeiros disponíveis para venda.

No Sindicato estão registados apenas ativos classificados como “Empréstimos e contas a receber”.

Incluem-se nesta classificação os seguintes saldos:

- Clientes;
- Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros; e
- Outras contas a receber.

Estes saldos estão mensurados, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de “Contribuições e quotizações” descritos na alínea L). Subsequentemente são mensuradas ao custo, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

Incluem-se igualmente nesta classificação de ativos financeiros os Adiantamentos a fornecedores os quais são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente ao custo, deduzido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano, o Sindicato avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, o Sindicato reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro pode estar em imparidade tem em conta dados observáveis que chamem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira.

Os movimentos relativos a estas imparidades são registados na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”.

No final do exercício estes saldos representam o respetivo valor realizável líquido.

#### I) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

#### J) FUNDOS PATRIMONIAIS

Em Reservas temos os seguintes itens:

- Reserva legal
- Reserva especial de greve
- Reserva F.C.S.
- Reserva especial de investimento
- Reserva para garantia de benefícios
- Reserva Fundação Social Bancária

Em Resultados transitados estão acumulados os resultados registados em períodos anteriores.

Em Ajustamentos em ativos financeiros estão reconhecidos os ajustamentos de MEP referente às entidades onde o Sindicato detém uma participação financeira.

#### K) PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a sua substância contratual, independentemente da forma legal que assumam, e podem classificar-se como segue:

- Passivos financeiros valorizados pelo justo valor através de resultados;
- Empréstimos bancários;
- Contas a pagar.

No Sindicato estão registados apenas passivos classificados como “Empréstimos bancários” e “Contas a pagar”.

Os Empréstimos bancários são valorizados pelo seu custo. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e reconhecidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

Em Contas a pagar incluem-se os seguintes saldos:

- Fornecedores;
- Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros; e
- Outras contas a pagar.

Estes saldos são inicialmente reconhecidos pelo seu valor nominal, que se entende corresponder ao seu justo valor e, subsequentemente, são registados ao custo.

#### L) CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços e outros réditos são reconhecidos pelo justo valor do montante a receber desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

#### M) ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados significativos.

#### N) JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data

de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As estimativas mais relevantes a 31 de dezembro de 2016 estão associadas a:

- Determinação do justo valor;
- Determinação de perdas por imparidade de ativos financeiros e não financeiros.

## 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, foram introduzidas alterações ao SNC-ESNL as quais têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

A principal alteração ocorrida prende-se com o seguinte:

- Um ativo intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos, aplicando-se-lhe, com as necessárias adaptações o disposto nos parágrafos relativos ao “Período de amortização e método de amortização” e “Valor residual”.

Dado que o Sindicato não tem ativos com vida útil indefinida, não são esperados quaisquer impactos com a entrada em vigor na nova SNC-NCRF constante do Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

## 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram os seguintes:

	<b>Saldo 01/01/2016</b>	<b>Aquisições / Dotações</b>	<b>Abates</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo 31/12/2016</b>
<b>Ativos fixos tangíveis</b>					
Terrenos e recursos naturais	1 534 273,74				1 534 273,74
Edifícios e outras construções	6 081 873,59				6 081 873,59
Ativos fixos tangíveis em curso					
Equipamento básico	1 245 601,30	518 599,52			1 764 200,82
Equipamento administrativo	1 684 065,58	76 059,63	-15 581,58		1 744 543,63
Outros ativos fixos tangíveis	137 332,68				137 332,68
	<b>10 683 146,89</b>	<b>594 659,15</b>	<b>-15 581,58</b>		<b>11 262 224,46</b>

	Saldo 01/01/2016	Depreciação do exercício	Abates	Imparidades	Saldo 31/12/2016
<b>Depreciações e perdas por imparidade</b>					
Edifícios e outras construções	2 375 180,95	105 074,97			2 480 255,92
Equipamento básico	523 266,19	280 764,02			804 030,21
Equipamento administrativo	1 337 808,47	102 672,19	-15 581,58		1 424 899,08
Outros ativos fixos tangíveis	99 609,46	11 398,51			111 007,97
	<b>4 335 865,07</b>	<b>499 909,69</b>	<b>-15 581,58</b>		<b>4 820 193,18</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>6 347 281,82</b>				<b>6 442 031,28</b>

	Saldo 01/01/2015	Efeito da Reexpressão	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo 31/12/2015
<b>Ativos fixos tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	1 246 549,48				287 724,26	1 534 273,74
Edifícios e outras construções	6 369 597,85				-287 724,26	6 081 873,59
Ativos fixos tangíveis em curso	7 375,58				-7 375,58	
Equipamento básico		1 175 484,18	70 117,12			1 245 601,30
Equipamento administrativo	1 345 268,85	248 781,55	90 015,18			1 684 065,58
Outros ativos fixos tangíveis	78 179,37	59 153,31				137 332,68
	<b>9 046 971,13</b>	<b>1 483 419,04</b>	<b>160 132,30</b>		<b>-7 375,58</b>	<b>10 683 146,89</b>

	Saldo 01/01/2015	Efeito da Reexpressão	Depreciação do exercício	Abates	Imparidades	Saldo 31/12/2015
<b>Depreciações e perdas por imparidade</b>						
Edifícios e outras construções	1 248 012,88		121 637,51	-98 638,27	1 104 168,83	2 375 180,95
Equipamento básico		321 609,79	201 656,40			523 266,19
Equipamento administrativo	1 181 646,18	45 068,62	111 093,67			1 337 808,47
Outros ativos fixos tangíveis	52 996,38	31 288,53	15 324,55			99 609,46
	<b>2 482 655,44</b>	<b>397 966,94</b>	<b>449 712,13</b>	<b>-98 638,27</b>	<b>1 104 168,83</b>	<b>4 335 865,07</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>6 564 315,69</b>					<b>6 347 281,82</b>

## 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos ocorridos nas propriedades de investimento durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram os seguintes:

	Saldo 01/01/2016	Aquisições / Transferências	Abates	Imparidade	Saldo 31/12/2016
<b>Propriedades de investimento</b>					
Libervita Alcabideche	19 599 786,30				19 599 786,30
Libervita Porto Santo	10 604 791,78	143 799,79			10 748 591,57
Propriedades de investimento em curso	2 645 760,07				2 645 760,07
	<b>32 850 338,15</b>	<b>143 799,79</b>			<b>32 994 137,94</b>

	Saldo 01/01/2016	Depreciação do exercício	Abates	Imparidades	Saldo 31/12/2016
<b>Depreciações e perdas por imparidade</b>					
Libervita Alcabideche	3 610 786,30				3 610 786,30
Libervita Porto Santo	2 771 291,78	299 148,74			3 070 440,52
Propriedades de investimento em curso	213 260,07				213 260,07
	<b>6 595 338,15</b>	<b>299 148,74</b>			<b>6 894 486,89</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>26 255 000,00</b>				<b>26 099 651,05</b>

	Saldo 01.01.2015	Efeito da Reexpressão	Aquisições / Transferências	Imparidade	Saldo 31.12.2015
Libervita Alcabideche		18 508 449,08 (i)	1 091 337,22	-3 610 786,30	15 989 000,00
Libervita Porto Santo		7 322 311,82 (ii)	3 282 479,96	-2 771 291,78	7 833 500,00
Propriedades de investimento em curso		2 644 111,87 (ii)	1 648,20	-213 260,07	2 432 500,00
<b>Valor Líquido</b>		<b>28 474 872,77</b>	<b>4 375 465,38</b>	<b>-6 595 338,15</b>	<b>26 255 000,00</b>

(i) Valor que se encontrava registado na FSQB como IVA a receber mas cuja recuperabilidade se encontrava em risco. Desta forma foi considerado o montante como parte do custo de aquisição do imóvel;

(ii) Faturas emitidas em nome da FSQB que se encontravam como adiantamentos por conta de imobilizado no sindicato. Com a transferência dos imóveis para o Sindicato o montante foi reclassificado para o valor do bem.

O imóvel Libervita Alcabideche não foi sujeito a depreciação por ainda não ter as licenças, emitidas pela Segurança Social e Câmara Municipal de Cascais, necessárias ao desenvolvimento da atividade pretendida.

## 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram os seguintes:

	Saldo 01/01/2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo 31/12/2016
<b>Ativos intangíveis</b>					
Programas de computador	3 082 832,15	274 379,61	-1 890,00		3 355 321,76
Propriedade industrial	64 339,67				64 339,67
<b>Valor Líquido</b>	<b>3 147 171,82</b>	<b>274 379,61</b>	<b>-1 890,00</b>		<b>3 419 661,43</b>

	Saldo 01/01/2016	Amortização do exercício	Abates	Imparidades	Saldo 31/12/2016
<b>Depreciações e perdas por imparidade</b>					
Programas de computador	2 568 693,11	53 891,55	-1 890,00		2 620 694,66
Propriedade industrial	10 830,32	1 286,82			12 117,14
<b>Valor Líquido</b>	<b>2 579 523,43</b>	<b>55 178,37</b>	<b>-1 890,00</b>		<b>2 632 811,80</b>

<b>Valor Líquido</b>	<b>567 648,39</b>				<b>786 849,63</b>
----------------------	-------------------	--	--	--	-------------------

	Saldo 01/01/2015	Efeito da Reexpressão	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo 31/12/2015
<b>Ativos intangíveis</b>						
Programas de computador	2 756 691,60		326 140,55			3 082 832,15
Propriedade industrial		64 339,67				64 339,67
<b>Valor Líquido</b>	<b>2 756 691,60</b>	<b>64 339,67</b>	<b>326 140,55</b>			<b>3 147 171,82</b>

	Saldo 01/01/2015	Efeito da Reexpressão	Amortização do exercício	Abates	Imparidades	Saldo 31/12/2015
<b>Depreciações e perdas por imparidade</b>						
Programas de computador	2 178 758,39		389 934,72			2 568 693,11
Propriedade industrial		9 543,56	1 286,76			10 830,32
<b>Valor Líquido</b>	<b>2 178 758,39</b>	<b>9 543,56</b>	<b>391 221,48</b>			<b>2 579 523,43</b>

<b>Valor Líquido</b>	<b>577 933,21</b>					<b>567 648,39</b>
----------------------	-------------------	--	--	--	--	-------------------

## 8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos períodos findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Sindicato detinha os seguintes Investimentos Financeiros:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
<b>Investimentos noutras empresas</b>		
<b>Dossier Novo Banco</b>		
<b>Ações:</b>		
B. Internacional Funchal	43 863,41	43 863,41
Banco Espírito Santo	611 503,85	611 503,85
	<b>655 367,26</b>	<b>655 367,26</b>
<b>Dossier BPG</b>		
<b>Ações:</b>		
B. Português de Gestão	436 520,00	436 520,00
<b>Obrigações:</b>		
BPG 4.75 01/2023		250 000,00
	<b>436 520,00</b>	<b>686 520,00</b>
<b>Dossier BANIF</b>		
<b>Ações:</b>		
B. Internacional Funchal	12 274,96	12 274,96
<b>Obrigações:</b>		
Banif 2009-2019	600 000,00	600 000,00
	<b>612 274,96</b>	<b>612 274,96</b>
<b>Outros</b>		
<b>Fundos:</b>		
InovCapital Universitas (F.Capital Risco)	282 845,00	282 845,00
	<b>282 845,00</b>	<b>282 845,00</b>
<b>Total dos investimentos noutras empresas</b>	<b>1 987 007,22</b>	<b>2 237 007,22</b>
<b>Fundo de Compensação do Trabalho</b>	<b>1 882,18</b>	<b>2 874,08</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>		
<b>Participações de capital</b>		
Banco Espírito Santo	-611 503,85	-611 503,85
B. Internacional Funchal	-56 138,37	-56 138,37
B. Português de Gestão	-170 929,27	-99 757,83
<b>Obrigações</b>		
Banif 2009-2019	-600 000,00	-600 000,00
	<b>-1 436 689,31</b>	<b>-1 367 400,05</b>
<b>Total dos investimentos financeiros</b>	<b>552 200,09</b>	<b>872 481,25</b>

As imparidades reconhecidas no exercício resultam da comparação dos valores contabilísticos com os valores de mercado das participações financeiras.

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Investimentos em associadas</b>		
<b>Ações/Quotas:</b>		
SGF - S. Gest. Fundos Pensões	590 407,12	725 260,21
Mediação Independente de Seguros, Lda	24 724,17	36 654,11
	<b>615 131,29</b>	<b>761 914,32</b>
<b>Prestações suplementares:</b>		
Mediação Independente de Seguros, Lda	24 944,86	24 944,86
<b>Total dos investimentos financeiros em associadas</b>	<b>640 076,15</b>	<b>786 859,18</b>

Os movimentos ocorridos nos investimentos em associadas ao MEP apresentam o seguinte detalhe:

	MIS	SGF	Total
<b>Saldo a 01.01.2015</b>	32 070,26	510 009,70	542 079,96
Aumento de participação (Var. %)		173 841,00	173 841,00
Outras Variações		53 142,51	53 142,51
Resultado Líquido do Ano	4 583,85	-11 733,00	-7 149,15
<b>Saldo a 31.12.2015</b>	<b>36 654,11</b>	<b>725 260,21</b>	<b>761 914,32</b>
Aumento de participação (Var. %)		75 000,00	75 000,00
Outras Variações	-5 698,08	-17 179,01	-22 877,09
Resultado Líquido do Ano	-6 231,86	-192 674,08	-198 905,94
<b>Saldo a 31.12.2016</b>	<b>24 724,17</b>	<b>590 407,12</b>	<b>615 131,29</b>

Os movimentos acima resultam da aplicação da percentagem de participação do sindicato aos capitais próprios e resultados do exercício das associadas.

A posição do Ativo, Passivo e Capital Próprio das associadas, a 31 de dezembro de 2016, é o seguinte:

	MIS	SGF
<b>Ativo</b>		
Ativo não corrente	10 500,00	576 857,39
Activo corrente	30 262,54	568 618,25
<b>Total do Activo</b>	<b>40 762,54</b>	<b>1 145 475,64</b>
<b>Capital Próprio</b>		
Capital	100 000,00	1 500 000,00
Reservas		115 370,25
Outros instrumentos de capital próprio	31 181,08	
Resultados transitados	-92 486,04	-458 950,50

(Continua)

(Continuação)

	<b>MIS</b>	<b>SGF</b>
	<b>38 695,04</b>	<b>1 156 419,75</b>
Resultado líquido do período	-7 789,83	-284 532,58
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>30 905,21</b>	<b>871 887,17</b>
<b>Passivo</b>		
Passivo não corrente		
Passivo corrente	9 857,33	273 588,47
<b>Total do Passivo</b>	<b>9 857,33</b>	<b>273 588,47</b>

Em outubro de 2016, o Sindicato reforçou a sua posição na SGF, através da compra de mais 15.000 ações ao valor nominal de 5€/ação à USI – União dos Sindicatos Independentes, por contrapartida da amortização da dívida que a USI tem no Sindicato.

## 9. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
Empréstimos SAMS	1 312 663,48	1 219 642,85
Empréstimos FCS	88 362,52	145 549,94
Empréstimos Turismo	4 947,55	11 119,11
Empréstimos Sindicato	35 736,54	40 566,24
	<b>1 441 710,09</b>	<b>1 416 878,14</b>
Sócios - Viagens do Sindicato		59 161,55
Bancos - Contrib/Quotizações/Atz	26 379,68	8 413,68
Diversos	2 272,74	1 927,69
Contencioso	24 472,26	30 845,94
Sócios - Acerto ATZ'z	11 680,29	13 406,67
Sócios - Cartão SAMS/Utente	3 480,00	
	<b>68 284,97</b>	<b>113 755,53</b>
	<b>1 509 995,06</b>	<b>1 530 633,67</b>
<b>Perdas por imparidades acumuladas</b>		
Empréstimos SAMS	-251 629,91	-227 154,76
Empréstimos FCS	-28 030,02	-15 257,44
Empréstimos TURISMO	-4 947,55	-3 951,10
Empréstimos SINDICATO	-12 349,23	-12 349,23
Utentes - Outros	-34 717,99	-39 615,55
	<b>-331 674,70</b>	<b>-298 328,08</b>
	<b>1 178 320,36</b>	<b>1 232 305,59</b>

## 10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica discrimina-se da seguinte forma:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
<b>ATIVO</b>		
Imposto s/ o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	23 855,91	33 771,55
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
	<b>23 855,91</b>	<b>33 771,55</b>
<b>PASSIVO</b>		
Imposto s/ o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	22 570,79	40 793,35
Imposto s/ o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	70 742,17	71 045,95
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	50 624,69	881,86
Segurança Social	89 155,13	87 014,67
Outras tributações	16 276,85	149,15
	<b>249 369,63</b>	<b>199 884,98</b>

A rubrica IRC a pagar refere-se a tributação relativa à atividade não sindical e que, por isso, não está isenta de tributação em IRC. São passíveis desta tributação as aplicações financeiras detidas pelo Sindicato.

## 11. FUNDADORES / BENEMÉRITOS / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica apresenta os seguintes saldos:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
<b>ATIVO</b>		
<b>Contribuições / quotizações / fundo de pensões</b>		
Contribuições	2 461 299,54	2 433 706,29
Quotizações	306 759,98	306 658,03
F.C.S.	147 788,31	147 192,18
Fundo de Pensões	14 518,19	15 392,54
Beneficiários c/ + 25 anos	13 960,00	15 110,00
	<b>2 944 326,02</b>	<b>2 918 059,04</b>

(Continua)

(Continuação)

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
<b>Sócios - participações / subsídios</b>		
SAMS - 3ª Idade	2 151,52	
SAMS - Subsídio de Invalidez		274,43
	<b>2 151,52</b>	<b>274,43</b>
<b>Utilizadores GALP-Frota</b>		
Valores a receber	14 321,57	24 958,15
<b>Sócios - diversos</b>		
Outros movimentos - a receber	135,50	135,50
<b>Utilizadores GALP-Frota - Perdas por imparidade</b>	-14 324,08	-24 689,28
	<b>2 946 610,53</b>	<b>2 918 737,84</b>

Nestas rubricas encontram-se registados essencialmente os valores a receber dos associados/membros referentes às contribuições/quotizações.

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Sócios - participações / subsídios</b>		
Comparticipações SAMS/FCS	82 407,70	101 708,18
SAMS - 3ª Idade		1 012,56
SAMS - Ensino especial	703,68	111,51
FCS - Subsídio Infantil	9 489,43	1 270,01
SAMS - Subsídio de Invalidez	16,44	
	<b>92 617,25</b>	<b>104 102,26</b>

## 12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica tem, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a seguinte decomposição:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
<b>Pessoal</b>		
Adiantamentos ao pessoal	42 129,55	96 265,14
Outras operações c/ o pessoal	371,67	
	<b>42 501,22</b>	<b>96 265,14</b>

(Continua)

(Continuação)

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
<b>Devedores por acréscimos de rendimentos</b>		
Juros a receber	9 034,01	12 752,91
Rappel BP	7 797,09	
Outros acréscimos de rendimentos	1 100,70	
	<b>17 931,80</b>	<b>12 752,91</b>
<b>Encontros de contas</b>		
Faturação de Saúde	5 268 100,49	3 595 419,34
<b>Intermediários</b>		
Corretores	57,26	47 866,82
Turismo	7 897,32	13 663,32
Sócios - utilização GALP-Frota	33 493,87	35 811,99
	<b>41 448,45</b>	<b>97 342,13</b>
<b>Diversos</b>		
Outros	178 082,45	782 918,65
	<b>5 548 064,41</b>	<b>4 584 698,17</b>
<b>Perdas por imparidades acumuladas</b>		
Devedores diversos	-168 398,24	-773 665,05
	<b>5 379 666,17</b>	<b>3 811 033,12</b>

O valor registado em “Faturação de Saúde” diz respeito aos montantes pagos pelo Sindicato e que será objeto de encontro de contas, apurando o valor de custo efetivo do sindicato e o valor de responsabilidade do associado.

A diminuição dos valores das rubricas “Diversos – Outros” e “Perdas por imparidades acumuladas – Devedores diversos” deve-se, essencialmente, à anulação da dívida da “USI – União dos Sindicatos Independentes”, tendo sido liquidados 75.000,00 €, por aquisição das acções que a USI detinha na “SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.”, e perdoados 518.169,88 €, conforme aprovado no Conselho Geral realizado em 7 de dezembro de 2016.

### 13. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica engloba os seguintes saldos:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Aluguer de instalações	3 650,83	3 963,61
Seguros	48 968,66	51 046,36
Contratos de Assistência	220 110,38	298 304,10
		(Continua)

(Continuação)

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
Aluguer de equipamento	28 772,04	53 473,55
Outros	9 653,20	9 828,72
	<b>311 155,11</b>	<b>416 616,34</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Contribuições	2 100 225,79	
Exploração do Hotel	47 500,00	
	<b>2 147 725,79</b>	

O valor registado em “Rendimentos a reconhecer – Contribuições” refere-se, essencialmente, ao valor recebido do Novo Banco, relativo ao Protocolo assinado na sequência do processo de rescisão por mútuo acordo, com a possibilidade dos sócios do sindicato terem SAMS vitalício, tendo o banco efetuado o pagamento à cabeça do valor correspondente à sua comparticipação “per capita” até aos 85 anos, assim como a comparticipação do sócio no período de 1 ano.

Igualmente, inclui os valores recebidos relativos ao Protocolo assinado com o Banco Popular, bem como as contribuições recebidas de ex-sócios que manifestaram a intenção de permanecerem beneficiários do SAMS/Quadros.

#### 14. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, estão incluídos nesta rubrica os seguintes saldos:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
<b>Negociados na Carnegie</b>		
<b>Ações:</b>		
Growth Value (i)	190 000,00	190 000,00
<b>Negociados na LusoPartners</b>		
Fundos investimento imobiliário EUR		34,59
Fundo especial investimento EUR	4 896,17	4 896,17
F. investimento - obrigações EUR		393 334,98
Obrigações EUR		93 686,39
	<b>194 896,17</b>	<b>681 952,13</b>
<b>Negociados no Novo Banco 0055-4810-0271</b>		
Obrigações NB LDN 5% 2019		171 428,40
Papel Comercial Rio Forte 34ª Em. (ii)	1 000 000,00	1 000 000,00
	<b>1 000 000,00</b>	<b>1 171 428,40</b>

(Continua)

(Continuação)

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
<b>Negociados no Novo Banco 0073-9576-0000</b>		
<b>Ações:</b>		
Electricidade Portugal		249 075,00
Pharol, SGPS		5 420,00
GALP Energia		107 200,00
Portucel		35 960,00
REN		27 820,00
Nós, SGPS		144 920,00
EDP Renováveis, SA		36 250,00
Banco BPI		165 417,42
		<b>772 062,42</b>
<b>Fundos:</b>		
F. Invest. Imobiliário	1 366 180,00	2 803 160,00
	<b>1 366 180,00</b>	<b>2 803 160,00</b>
<b>Negociados no Millennium Investimento</b>		
<b>Ações:</b>		
Millennium BCP		201 712,55
B. Santander, SA		138 066,38
Iberdrola		206 790,05
European Aeronautic		620 000,00
Banco Bilbao Vizcaya		204 366,91
Gas Natural SDG, SA		188 150,00
Banco Popular Español		156 102,86
		<b>1 715 188,75</b>
<b>Negociados no BANIF</b>		
<b>Obrigações:</b>		
Banif 2013/2016		19 696,43
<b>Negociados na CGD</b>		
<b>Obrigações:</b>		
CGD 2009/2019 Anivers.	660 525,00	712 500,00
	<b>3 221 601,17</b>	<b>7 875 988,13</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>		
Activos financeiros	<b>-1 190 000,00</b>	<b>-1 190 000,00</b>
	<b>2 031 601,17</b>	<b>6 685 988,13</b>

(i) Corre os seus termos uma ação judicial contra a Carnegie Investimentos, em liquidação, com vista à recuperação do saldo desta conta. Por prudência foi reconhecida uma imparidade sobre o montante total em dívida (190.000€);

(ii) Face à situação de insolvência da sociedade, foi reconhecida uma perda por imparidade sobre a totalidade do saldo investido (1.000.000€).

## 15. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de “Caixa e depósitos bancários” do Balanço e a rubrica “Caixa e seus equivalentes” da demonstração dos fluxos de caixa, encontrava-se com os seguintes saldos:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
<b>Caixa</b>	5 529,48	9 583,18
Depósitos à Ordem	5 049 018,56	1 565 476,88
Depósitos a Prazo:		
Novo Banco (ex-BIC) 0055 4810 0271	1 580 922,44	1 556 047,45
BANIF (ex-BCA) 9619595330		115 428,33
Novo Banco (Serviço) 0001 7818 9777		7 153,30
	1 580 922,44	1 678 629,08
	<b>6 635 470,48</b>	<b>3 253 689,14</b>

## 16. FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as variações ocorridas estão relacionadas com os seguintes eventos:

	<b>Saldo 01.01.2016</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Saldo 31.12.2016</b>
Fundos	25 000 000,00		-25 000 000,00	
Reserva legal	412 801,04	2 042 783,01		2 455 584,05
Reserva especial de greve	412 801,04	2 042 783,01		2 455 584,05
Reserva Fundo Complementar de Saúde		1 800 000,00		1 800 000,00
Reserva especial de investimento		5 600 000,00		5 600 000,00
Reserva para garantia de benefícios		10 000 000,00		10 000 000,00
Fundação Social Bancária		700 000,00		700 000,00
	25 825 602,08	22 185 566,02	-25 000 000,00	23 011 168,10
Resultados transitados	14 637 659,37	2 814 434,00	-13 017 439,12	4 434 654,25
Ajustamentos em ativos financeiros	-338 002,04			-338 002,04
Resultado líquido do exercício	-13 017 439,12	703 609,21	13 017 439,12	703 609,21
<b>Valor Líquido</b>	<b>27 107 820,29</b>	<b>25 703 609,23</b>	<b>-25 000 000,00</b>	<b>27 811 429,52</b>

	<b>Saldo 01.01.2015</b>	<b>Efeitos da reexpressão</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Saldo 31.12.2015</b>
Fundos			25 000 000,00		25 000 000,00
Reserva legal	2 215 021,61		240 562,44	-2 042 783,01	412 801,04
Reserva especial de greve	2 215 021,61		240 562,44	-2 042 783,01	412 801,04
Reserva Fundo Complementar de Saúde	1 800 000,00			-1 800 000,00	
Reserva especial de investimento	5 600 000,00			-5 600 000,00	
Reserva para garantia de benefícios	10 000 000,00			-10 000 000,00	
Fundação Social Bancária	700 000,00			-700 000,00	
	<b>22 530 043,22</b>		<b>25 481 124,88</b>	<b>-22 185 566,02</b>	<b>25 825 602,08</b>
Resultados transitados	1 722 386,01	14 818 654,19	911 053,15	-2 814 433,98	14 637 659,37
Ajustamentos em ativos financeiros		-276 889,22	-61 112,82		-338 002,04
Resultado líquido do exercício	2 405 624,36	-1 074 559,15	-13 017 439,12	-1 331 065,21	-13 017 439,12
<b>Valor Líquido</b>	<b>26 658 053,59</b>	<b>13 467 205,82</b>	<b>13 313 626,09</b>	<b>-26 331 065,21</b>	<b>27 107 820,29</b>

Os movimentos registados nos Fundos Patrimoniais respeitam essencialmente à aplicação do disposto na aplicação de resultados do ano de 2015, nomeadamente a reversão da consolidação, operada em 2015 no que respeita às contas de 2014, dos fundos patrimoniais no montante de 25.000.000 euros.

## 17. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica discrimina-se como segue:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
Fornecedores de Saúde	6 536 931,76	9 567 856,70
Fornecedores Gerais	374 086,87	282 573,94
Fornecedores GALP	62,60	62,60
Outros	11 870,10	3 344,27
	<b>6 922 951,33</b>	<b>9 853 837,51</b>

## 18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica discrimina-se como segue:

	<b>31-12-2016</b>			<b>31-12-2015</b>		
	<b>Corrente</b>	<b>Não corrente</b>	<b>Total</b>	<b>Corrente</b>	<b>Não corrente</b>	<b>Total</b>
Empréstimos bancários (CGD)		9 035 714,32	9 035 714,32		10 130 952,40	10 130 952,40
Contas caucionadas				1 000 000,00		1 000 000,00
Outros	1 578,34		1 578,34	1 228,32		1 228,32
	<b>1 578,34</b>	<b>9 035 714,32</b>	<b>9 037 292,66</b>	<b>1 001 228,32</b>	<b>10 130 952,40</b>	<b>11 132 180,72</b>

O valor de empréstimo com a CGD respeita a financiamento obtido pela Fundação para a construção dos empreendimentos que se encontram reconhecidos como propriedade de investimento.

O Sindicato encontra-se atualmente a negociar as condições deste empréstimo, não sendo o mesmo exigível a curto prazo.

## 19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica discrimina-se como segue:

	31-12-2016		31-12-2015	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Fornecedores de investimentos</b>		3 661,67		
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>				
Seguros a liquidar		1 482,40		3 991,94
Remunerações a liquidar		409 429,63		494 101,72
Faturação Saúde		6 145 227,10		4 662 671,52
Outros acréscimos de gastos		3 276,26		93 231,05
		<b>6 559 415,39</b>		<b>5 253 996,23</b>
<b>Intermediários</b>				
Fundo de Pensões / Quadros Bancários		19 285,55		21 040,77
Outros		222,69		4 061,19
		<b>19 508,24</b>		<b>25 101,96</b>
<b>Diversos</b>				
Outros		187 787,85		132 620,06
		<b>187 787,85</b>		<b>132 620,06</b>
		<b>6 770 373,15</b>		<b>5 411 718,25</b>

## 20. CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os proveitos relativos a contribuições e quotizações detalham-se como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Contribuições	41 446 660,18	41 246 591,27
Quotizações	5 044 688,63	5 092 360,78
Fundo Complementar de Saúde	2 451 776,81	2 460 203,25
Contribuições Beneficiários (+25 anos)	75 300,00	80 600,00
	<b>49 018 425,62</b>	<b>48 879 755,30</b>

A rubrica “Contribuições Beneficiários +25 anos” engloba o desconto, por parte dos sócios, de 50 euros mensais, por cada dependente com idade superior a 25 anos, de modo a que estes continuem como beneficiários do SAMS/QUADROS.

## 21. ATIVIDADE SINDICAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os custos relativos à atividade sindical detalham-se como segue:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015 (reexpresso)</b>	<b>31-12-2015</b>
<b>ASSISTÊNCIA NA DOENÇA (SAMS)</b>			
Comparticipação - Faturação	18 878 257,80	21 143 867,95	23 016 867,20
Comparticipação - Direta	12 643 777,10	13 260 256,82	13 260 256,82
Farmácias	3 945 035,24	3 979 119,36	3 979 119,36
3ª Idade	156 496,52	171 285,73	171 285,73
Outros	139 175,44		
	<b>35 762 742,10</b>	<b>38 554 529,86</b>	<b>40 427 529,11</b>
<b>FUNDO COMPLEMENTAR DE SAÚDE</b>			
Comparticipações	3 171 556,31	3 117 283,44	1 244 284,19
Subsídios	319 691,50	301 299,00	301 299,00
	<b>3 491 247,81</b>	<b>3 418 582,44</b>	<b>1 545 583,19</b>
<b>GASTOS COM A ATIVIDADE SINDICAL</b>			
Conselho Geral / Conselho Sup. Estratégia	8 600,00	5 553,00	5 553,00
	<b>8 600,00</b>	<b>5 553,00</b>	<b>5 553,00</b>
<b>ATIVIDADES DESPORTIVAS</b>			
Corrida SAMS/Quadros / Torneio Futsal	39 218,02		
	<b>39 218,02</b>		
	<b>39 301 807,93</b>	<b>41 978 665,30</b>	<b>41 978 665,30</b>

Até 31 de dezembro de 2015, era prática corrente que, nas participações de faturação de saúde, caso o valor a cargo do sócio fosse nulo, o SAMS assumiria o custo de Fundo Complementar de Saúde. Esta situação foi corrigida a partir de 2016, pelo que a coluna de 2015 (reexpresso) reflete o valor de 2015 corrigido.

Devido a este artifício, o FCS apresentou, de 2012 a 2015, um resultado positivo acumulado de 3.895.023,92 Euros, sendo que, na realidade, esse resultado acumulado foi negativo, no valor de -2.909.991,33 Euros.

No entanto, esta diferença não teve qualquer impacto nos resultados operacionais do Sindicato.

<b>Ano</b>	<b>Contribuições</b>	<b>Comparticipações reais</b>	<b>Comparticipações apresentadas</b>	<b>Resultado real</b>	<b>Resultado apresentado</b>
2012	2 469 661,81	2 909 714,82	1 611 017,86	-440 053,01	858 643,95
2013	2 486 629,68	3 391 338,57	1 627 527,79	-904 708,89	859 101,89
2014	2 503 691,53	3 411 840,77	1 542 332,51	-908 149,24	961 359,02
2015	2 460 203,25	3 117 283,44	1 244 284,19	-657 080,19	1 215 919,06
		<b>Resultado Acumulado 2012-2015</b>		<b>-2 909 991,33</b>	<b>3 895 023,92</b>
2016	2 451 776,81	3 171 556,31		-719 779,50	
		<b>Resultado Acumulado 2012-2016</b>		<b>-3 629 770,83</b>	<b>3 895 023,92</b>

A variação do saldo desta rubrica face a 2015 deve-se essencialmente à diminuição dos gastos com as participações de saúde, resultantes das renegociações dos acordos com as entidades de saúde.

## 22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição desta rubrica nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foi a seguinte:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
Trabalhos especializados	689 362,15	564 954,14
Rendas e alugueres (A)	379 597,30	398 745,30
Comunicação (B)	373 438,04	554 907,61
Honorários	204 579,90	280 118,55
Deslocações	176 917,51	155 637,03
Vigilância e segurança	138 520,55	11 949,55
Limpeza, higiene e conforto	125 403,31	71 607,80
Publicidade e propaganda	86 494,11	65 721,67
Outros	83 814,18	87 779,04
Conservação e reparação	75 643,85	20 353,91
Eletricidade	67 489,03	72 593,51
Transportes de pessoal	66 971,10	81 510,85
Serviços bancários	59 950,04	50 398,46
Informação aos sócios	44 021,76	89 578,49
Gastos Porto Santo	38 542,60	161 503,87
Ferr. e utens. desgaste rápido	32 069,10	4 862,98
Despesas de representação	26 871,81	15 758,19
Material de escritório	26 109,83	49 777,06
Artigos para oferta	21 930,30	11 862,68
Água	21 535,09	9 097,18
Despesas de condomínio	17 287,68	15 825,58
Seguros	11 573,90	11 218,24
Contencioso e notariado	6 598,69	27 278,03
Formação	4 920,00	40 000,00
	<b>2 779 641,83</b>	<b>2 853 039,72</b>

(A) Os gastos com rendas e alugueres detalham-se como segue:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>	<b>Var (%)</b>
Aluguer de equipamento (Renting)	311 625,81	329 744,64	-5,0%
Rendas/Alugueres de instalações	67 932,49	68 772,68	-1,0%
Aluguer de viaturas	39,00	227,98	-83,0%
	<b>379 597,30</b>	<b>398 745,30</b>	<b>-5,0%</b>

(B) Os gastos com comunicação detalham-se como segue:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>	<b>Var (%)</b>
Correio	196 679,26	354 634,13	-45,0%
Internet	106 897,94	116 110,61	-8,0%
Telefones	40 747,73	48 770,10	-16,0%
Telemóvel	28 290,87	34 536,22	-18,0%
Televisão	822,24	856,55	-4,0%
	<b>373 438,04</b>	<b>554 907,61</b>	<b>-33,0%</b>

A redução dos gastos com o Hotel Libervita Porto Santo deve-se ao facto da sua exploração passar a ser feita, a partir de junho de 2016, pela "I.T.I. – Sociedade de Investimentos Turísticos na Ilha da Madeira, S.A." (Grupo Pestana), mediante a celebração de um Contrato de Locação de Estabelecimento, pelo que os custos de exploração passaram a ser responsabilidade daquela sociedade.

### 23. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição desta rubrica nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foi a seguinte:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>	<b>Var (%)</b>
Remunerações do pessoal	2 730 632,08	3 087 230,77	-12,0%
Encargos sobre remunerações	720 988,29	821 760,84	-12,0%
Remunerações dos órgãos sociais	530 100,00	883 500,00	-40,0%
Outros gastos com o pessoal	327 832,00	296 677,98	11,0%
Gastos de acção social		39 854,95	-100,0%
	<b>4 309 552,37</b>	<b>5 129 024,54</b>	<b>-16,0%</b>

Em face da revisão das remunerações dos órgãos sociais e da assinatura de Contratos de Rescisão por Mútuo Acordo com 23 colaboradores, esta rubrica apresenta uma significativa redução face a 2015.

### 24. IMPARIDADES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
Perdas por imparidade em dívidas a receber:		
Reforço das perdas por imparidade (Notas 9 e 12)	-38 244,18	-1 057 757,00
Reversão de perdas por imparidade (Notas 9 e 12)	102 359,69	13 952,74
	<b>64 115,51</b>	<b>-1 043 804,26</b>
Perdas por imparidade:		
Em investimentos financeiros (Nota 8)	-71 171,44	-755 896,20
Em propriedades de investimento (Nota 6)		-6 382 078,08
Em ativos fixos tangíveis (Nota 5)		-1 104 168,83
Em investimentos em curso (Nota 6)		-213 260,07
Em instrumentos financeiros (Nota 14)		-1 190 000,00
	<b>-71 171,44</b>	<b>-9 645 403,18</b>

## 25. AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
<b>Perdas por reduções de justo valor</b>		
Em instrumentos financeiros		-27 018,42
Em investimentos financeiros		-1 030 941,70
Em outros investimentos financeiros	-87 375,00	-40 978,57
	<b>-87 375,00</b>	<b>-1 098 938,69</b>
<b>Ganhos por aumentos de justo valor</b>		
Em instrumentos financeiros		30 250,22
Em investimentos financeiros		964 205,91
Em outros investimentos financeiros		228 760,00
		<b>1 223 216,13</b>
	<b>-87 375,00</b>	<b>124 277,44</b>

## 26. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
Exploração do Hotel Libervita Porto Santo	166 250,00	
Correções relativas a períodos anteriores	55 154,43	114 551,80
Emissão Cartão Família	39 175,91	25 229,53
Cedência Alojamento (Libervita Porto Santo)	23 524,59	
Ganhos em instrumentos financeiros	8 789,38	4 549,98
Cartão BP - Rappel	7 797,09	
Dividendos obtidos	6 504,08	70 070,24
Atividades de Lazer	4 958,00	
Rendimentos em ativos financeiros	4 776,59	201 401,27
Arrendamento de instalações	3 750,00	
Cedência de salas	2 575,00	9 625,00
Emissão 2ª via Cartão SAMS	1 674,10	3 291,37
Juros obtidos	807,80	2 476,31
Outros	254,16	38,39
Ganhos em investimentos não financeiros	73,80	469,81
Rendimentos em associadas		45 993,36
Taxa administrativa - Empréstimos Turismo		457,40
	<b>326 064,93</b>	<b>478 154,46</b>

Em 24 de maio de 2016, foi celebrado com a “I.T.I. – Sociedade de Investimentos Turísticos na Ilha da Madeira, S.A.” (Grupo Pestana) um Contrato de Locação de Estabelecimento, para exploração do Hotel Libervita Porto Santo, com efeitos a partir de 1 de junho.

## 27. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
Perdas em Instrumentos Financeiros	423 843,03	267 448,68
Correções relativas a períodos anteriores	233 254,39	237 648,85
Gastos e perdas em subsid., associadas e...	221 783,03	
Impostos	72 787,33	14 844,46
Outros	67 116,85	13 368,09
Quotizações	58 144,00	58 544,00
Dívidas incobráveis	28 936,60	21 434,70
Juros suportados	6 043,67	4 985,36
Donativos	393,60	18 173,18
Diferenças de câmbio desfavoráveis		48,44
	<b>1 112 302,50</b>	<b>636 495,76</b>

Relativamente às quotizações, a rubrica refere-se aos custos relativos às quotizações mensais pagas ao FSI - Fórum dos Sindicatos Independentes, USI - União dos Sindicatos Independentes, CEC - Confédération Européenne des Cadres.

## 28. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
Depreciações de propriedades de investimento	299 148,74	
Depreciações de ativos fixos tangíveis (Nota 5)	499 933,75	449 712,13
Amortizações de ativos intangíveis (Nota 6)	55 178,34	391 221,48
	<b>854 260,83</b>	<b>840 933,61</b>

## 29. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
Juros de depósitos	56 344,33	53 112,43
Juros de outras aplicações	28 949,04	18 532,52
Juros de investimentos financeiros	9 237,54	39 483,95
	<b>94 530,91</b>	<b>111 128,90</b>

### 30. JUROS E GASTOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	<b>31-12-2016</b>	<b>31-12-2015</b>
Juros de conta caucionada	23 543,84	29 700,47
Juros de financiamentos obtidos	237 301,23	289 997,58
	<b>260 845,07</b>	<b>319 698,05</b>

### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes à data de reporte que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Sindicato em referência a 31 de dezembro de 2016.

### 32. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários é instituidor da Fundação Social Bancária (FSB).

A FSB é uma instituição particular sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que desenvolve atividades no âmbito da política social, particularmente no apoio às crianças e jovens. Foi reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social e pessoa coletiva de utilidade pública por despacho de 28/12/2011 do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, tendo sido lavrado o respetivo registo em 05/01/2012 pela inscrição nº2/2012, a fls.38 e 38 verso, do Livro nº7, das Fundações de Solidariedade Social.

Em 2013, a FSB - Fundação Social Bancária solicitou uma alteração parcial dos seus Estatutos, no sentido de os adequar à Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei nº 24/2012, de 9 de julho. Esse pedido foi deferido por despacho autorizador do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, em 19 de dezembro de 2014, tendo o processo de reconhecimento sido concluído em 13 de janeiro de 2015.

O sindicato efetua contribuições para a Fundação de forma a financiar a sua atividade. À data, o total de contribuições efetuadas ascende a 2.300.000 €, tendo sido realizado parcialmente com uma doação de um imóvel.

Os principais dados financeiros da FSB são os seguintes:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>ATIVO</b>		
Ativo não corrente	722 735,00	753 647,85
Ativo corrente	713 982,78	904 170,50
<b>Total do Ativo</b>	<b>1 436 717,78</b>	<b>1 657 818,35</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
Capital e Reservas	1 567 062,29	1 947 035,45
Resultado Líquido do Ano	-202 102,14	-379 973,16
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>1 364 960,15</b>	<b>1 567 062,29</b>
<b>PASSIVO</b>		
Passivo não corrente		
Passivo corrente	71 757,63	90 756,06
<b>Total do Passivo</b>	<b>71 757,63</b>	<b>90 756,06</b>

### 33. GARANTIAS E PROCESSOS JUDICIAIS

#### Garantias prestadas

A 31 de dezembro de 2016 o Sindicato tem uma garantia real junto da CGD, referente ao seu financiamento e que corresponde à hipoteca do imóvel.

#### Processos Judiciais

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, com referência à data de 31 de dezembro de 2016, tem os principais seguintes litígios judiciais:

<b>N.º do Processo</b>	<b>Tribunal</b>	<b>Autor</b>	<b>Valor da ação</b>
307/17.8T8LSB	Comarca de Lisboa Lisboa – Juízo de Trabalho – J2	António José Andrade da Silva Vale	5 001,00

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos,

A Direção

José Luís Ferreira Barroso  
Paulo Alexandre Gonçalves Marcos

O Contabilista Certificado

Isabel Maria Barata Oliveira

PARECER  
DO  
CONSELHO FISCAL

## PARECER DO CONSELHO FISCAL ÀS CONTAS DE 2016

Membros do Conselho Geral e Sócios:

1. Nos termos estabelecidos pelos Estatutos do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, o Conselho Fiscal emite o parecer relativo às contas de 2016, apresentadas pela Direcção do SNQTB.

2. O Conselho Fiscal reuniu no dia 17 de Março de 2017, para apreciação do relatório de gestão, balanço e demonstração de resultados referentes ao exercício de 2016 assim como o parecer do ROC, enviados pela direcção no dia 14/3/2016, e aprovou-o por unanimidade como consta da respectiva ata.

3. Os elementos financeiros analisados evidenciam, em euros, um total de activo de 53.032.151,62 euros, um total do fundo de capital de 27.811.429,52 euros e um resultado líquido do exercício de 703.609,21 euros fazendo ainda, suas, as conclusões constantes da certificação legal de contas do auditor externo.

4. No desenvolvimento do seu trabalho o conselho fiscal pretende realçar os seguintes pontos e aspectos para os quais chama a vossa especial atenção:

- a) O actual conselho fiscal acompanhou todo o exercício em causa tendo-se reunido trimestralmente com a direcção e os serviços, na última reunião esteve ainda presente o auditor externo.
- b) Ao longo deste ano de actividade, foi-nos possível observar o esforço da Direcção na resolução dos múltiplos problemas encontrado na gestão do grupo SNQTB introduzindo um modelo de governo mais transparente no Sindicato e organizações satélites, que nos permite afirmar que estamos mais fortes e assentes nos dois pilares fundamentais – o laboral e a saúde. Por outro lado, regista-se um crescimento do número de sócios em contra ciclo face a uma conjuntura adversa para o sector, por força dos processos de redução e emagrecimento das instituições financeiras.
- c) As contas apresentadas e submetidas à apreciação deste CF, evidenciam e demonstram a vontade da Direcção em desenvolver acções de saneamento financeiro e consolidação de todo o património de grupo.
- d) O CF teve acesso às conclusões do trabalho de auditoria corrente realizado pela empresa Ernst & Young, de onde retira a inexistência de casos omissos, da reconciliação integral dos saldos, o lançamento de imparidades necessárias de acordo com princípios de boa e sã gestão, a total transparência da gestão, os princípios contabilísticos adoptados e a profundidade dos testes efectuados.

Estes factos foram determinantes para a inversão dos resultados obtidos sendo o resultado positivo apresentado de 703.609,21 euros, note-se contudo:

- Ao comparar a facturação de saúde entre 2015 e 2016, é preciso ter em conta que no decorrer do exercício de transparência contabilística feito sobre as contas de 2015 levou a que naquele ano fossem contabilizados 13 meses de modo a corrigir uma má prática do passado (em 2016 estão unicamente 12 meses);
- Em 2016, contabilizou-se em FCS tudo a que o fundo diz respeito, acabando com uma prática antiga que levava a acomodar nos SAMS parte das despesas que eram do fundo;
- A redução da exposição do Balanço à volatilidade dos mercados financeiros (por via do desinvestimento em activos financeiros) e a sólida posição de tesouraria apresentada;
- A decisão certa e conservadora de reconhecer as comparticipações recebidas de ex-colaboradores do NB por 30 anos;

5. Na perspectiva de futuro traçada pela direcção, o conselho fiscal gostaria de chamar a atenção para dois pontos:

- a) Destacar a vontade da Direcção em reflectir o verdadeiro valor do património, quer financeiro quer imobiliário, e apresentar pela primeira vez contas consolidadas do grupo SNQTB no respeito das regras de conduta e éticas inscritas no código e no parecer da comissão de normalização contabilística.
- b) O Conselho Fiscal, não estando em causa a sustentabilidade do SNQTB, chama a especial atenção para um esforço particular na revisão das condições e preços dos vários fornecedores, correntes ou de saúde, visando uma maior eficiência sem descurar o serviço de excelência do SAMS/Quadros. A recente introdução de um sistema de controlo digital e automático da facturação será importante no sucesso desta área.

6. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é do seguinte parecer:

- a) Aprovação do Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício de 2016;
- b) Aprovação da proposta de aplicação de resultados líquidos apresentada pelo Conselho de Administração;
- c) Um voto de louvor à Direcção do SNQTB pela forma empenhada e transparente como está a conduzir o seu mandato e aos empregados do SNQTB pela colaboração dedicada.

Lisboa, 30 de Março de 2016

O Conselho Fiscal:

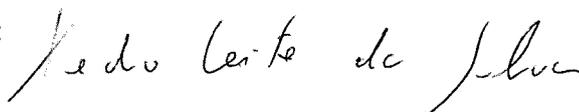
O Presidente



O Vogal:



O Vogal:



# CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 53.032.152 euros e um total do Fundo de Capital de 27.811.430 euros, incluindo um resultado líquido de 703.609 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo;
- ▶ elaboração do Relatório de Direção nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

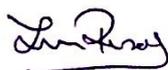
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório da Direção

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 29 de março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Luis Miguel Rosado (ROC nº 1607)  
Registado na CMVM com o nº 20161217



Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários

Rua Pinheiro Chagas, nº 6, 1050-177 Lisboa

Tel: 213 581 800

Fax: 213 581 859

E-mail: [snqtb@snqtb.pt](mailto:snqtb@snqtb.pt)

[www.snqtb.pt](http://www.snqtb.pt)

